

TRATAMENTO DADO AO TEMA “HOMOSSEXUALIDADE” EM ARTIGOS DO JOURNAL OF APPLIED
BEHAVIOR ANALYSIS: UMA REVISÃO CRÍTICA

ARTICLES ON HOMOSEXUALITY IN THE JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS: A CRITICAL REVIEW

MARCOS ROBERTO ALVES DE CARVALHO

JOCELAINE MARTINS DA SILVEIRA

ALEXANDRE DITTRICH

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

O presente estudo analisa de que maneira o tema “homossexualidade” foi tratado no periódico *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) no período de 1968 até 2010. Foram selecionados dez artigos que atenderam ao critério de inclusão por tratar do tema homossexualidade ou assunto correlato. Os artigos foram selecionados por meio de busca informatizada nos títulos, utilizando os termos: *gay, LGB, LGBT, homosexual, homosexuality, homosexualism, bisexual, bisexuality, bisexualism, transexual, transexuality, transexualism, transvestism, transvestic, lesbianism, lesbian, sexuality, sexual, sex, gender, male, female*. Em seguida, foram classificados utilizando-se a unidade de análise “visão da homossexualidade como desvio ou não”. Verificou-se que cinco artigos apresentaram uma visão da homossexualidade como desvio, dois não a consideraram assim e, em três, o tema não foi mencionado ou o posicionamento não ficara claro. Os resultados permitiram discutir a suscetibilidade das práticas da comunidade de clínicos a condições históricas e valores sociais vigentes.

Palavras-chave: homossexualidade, *Journal of Applied Behavior Analysis*, análise comportamental clínica, tratamento comportamental de desvios sexuais.

ABSTRACT

We examined how homosexuality was treated in the *Journal of Applied Behavior Analysis* from 1968 to 2010. Ten articles were selected according to the inclusion criterion (i.e., articles that dealt with homosexuality or related topics). The selection was conducted using a digital search based on the following terms: *gay, LGB, LGBT, homosexual, homosexuality, homosexualism, bisexual, bisexuality, bisexualism, transexual, transexuality, transexualism, transvestism, transvestic, lesbianism, lesbian, sexuality, sexual, sex, gender, male, and female*. The articles were then classified according to the following unit of analysis: “view of homosexuality as a deviant or non-deviant feature.” Five articles presented the view of homosexuality as a deviant feature, two articles presented a positive notion of the topic, and three articles did not clearly mention any view on the theme. The results are discussed in terms of the influence of historical conditions and social values on clinical behavior analysis practices.

Keywords: homosexuality; *Journal of Applied Behavior Analysis*; clinical behavior analysis; behavioral treatment of sexual deviance

O uso do termo “homossexual”¹, para fazer alusão à qualidade de pessoa que se sente atraída afetivamente e sexualmente por outras do mesmo sexo, é relativamente recente. O termo “homossexual” foi cunhado em 1869 pelo jornalista húngaro Karl Maria Kertbeny, que se engajou na luta pela revogação do parágrafo 175 do Código Penal Alemão, que estabelecia as práticas sexuais entre homens como crime sujeito à prisão com trabalhos forçados (Santos, 2009). Foi também no século XIX que o termo passou a ser reconhecido e empregado no jargão, por exemplo, de juristas e médicos (Foucault, 1976/2006). Obviamente, porém, práticas que podem ser classificadas como “homossexuais” sempre existiram na história da humanidade, recebendo os mais diversos tratamentos, dependendo da época e região. As práticas homossexuais já foram consideradas parte importante das culturas, aceitas, tratadas indistintamente em meio a outras formas de sexualidade ou execradas e punidas.

Na antiga Grécia, de acordo com Sartre (1992), as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo só eram condenadas quando praticadas de maneira inconsistente com a moralidade vigente, mas o mesmo valia para relações sexuais entre pessoas de sexos diferentes. A homossexualidade não era vista como um problema, desde que não infringisse códigos morais considerados “inadequados”, como por exemplo, a prostituição. Nesse contexto, a homossexualidade era considerada uma manifestação legítima de afetividade. Tratamento semelhante acontecia na Roma antiga, onde as relações sexuais não eram classificadas em termos de “sentir atração” pelo sexo masculino ou feminino, mas de “passividade” e “atividade”, sendo a forma ativa a única legítima e aprovada socialmente para homens adultos, fosse a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes (Veyne, 1992).

Na Idade Média, com a ascensão do cristianismo, a homossexualidade, comum em mosteiros e exércitos, passou a ser cada vez mais

condenada, chegando ao estatuto de “pecado” - e dos piores, o *contra natura*, pois era perpetrado diretamente contra a natureza estabelecida por Deus e ditado diretamente pelo demônio (Trevisan, 2000). Na Idade Moderna, a condenação religiosa à homossexualidade permaneceu. Em 1566, com a sistematização da doutrina católica realizada pelo Concílio de Trento, a Igreja Católica consolidou o que seria considerado “católico” e o que seria considerado o “outro” – aqueles que ameaçam a Igreja – dos quais ela deveria se defender e mesmo atacar. Entre esses grupos, estavam os luteranos, os pagãos e os sodomitas (Torres, 2005). A Santa Inquisição assumiu um papel de ataque. Além de diversas outras práticas, condenava terminantemente relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo, para as quais estavam previstas severas punições, como a morte na fogueira, a morte por afogamento ou a condenação às galés (embarcações a remo onde os prisioneiros eram submetidos a trabalhos forçados e a condições de vida miseráveis – o que, em geral, levava à morte) (Trevisan, 2000). No decorrer da Idade Moderna, práticas homossexuais passaram a ser julgadas, regulamentadas e penalizadas também pelo Estado, recebendo, então, o estatuto de crime (Castañeda, 2007).

Apenas no século XIX surgiram os primeiros recursos para despenalizar práticas homoeróticas. Associações que buscavam defender um melhor tratamento a homossexuais surgiram na Inglaterra e na Alemanha, propondo redefinições da homossexualidade como algo “natural” (Castañeda, 2007). A Alemanha teve importante movimento contra a criminalização da homossexualidade, destacando-se ativistas como Magnus Hirschfeld e Adolf Brand, que lutaram para que homossexuais deixassem de ser presos e condenados por sua orientação sexual (Tamagne, 2006). Na Inglaterra, em 1825, a condenação de Oscar Wilde a dois anos de prisão por “ofensa moral” e “sodomia” ganhou bastante repercussão e ajudou a criar um senso de identidade entre os homossexuais (Tamagne, 2006).

¹ Este trabalho tem como foco a questão da homossexualidade, entendida como uma orientação sexual e que se diferencia de outras questões, como a travestilidade e a transexualidade, ainda patologizadas nos manuais de classificações de “transtornos mentais”. De acordo com o *Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans*, publicado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2011), “travestis, transexuais e transgêneros também são vítimas da discriminação homofóbica (ou transfóbica) e as questões referentes à identidade de gênero têm sido apresentadas para a Psicologia, que se depara com a necessidade de refletir sobre o tema e se posicionar. A décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10, Organização Mundial da Saúde, 1993), que retirou a homossexualidade da categoria das doenças, incluiu os ‘transtornos da identidade sexual’ (F64), dentre os quais encontram-se o ‘travestismo’ e o ‘transexualismo’. As mais recentes versões do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais (DSM - IV, APA, 1994; DSM-IV-TR, APA, 2000) também patologizam as manifestações de gênero que fogem ao binômio homem/mulher, classificando-as dentro do diagnóstico amplo de ‘transtorno da identidade de gênero’” (F64.x).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os incipientes movimentos pelos direitos de homossexuais na Europa recolheram-se ao silêncio, dado um contexto em que qualquer desvio despertava suspeita e desconfiança (Tamagne, 2006). No final da Primeira Guerra, na Alemanha, existiu certa tolerância quanto à luta dos movimentos homossexuais (Fry & MacRae, 1983). No entanto, com a ascensão do partido nazista, homossexuais, judeus e outros grupos sofreram forte perseguição (Arendt, 1949). No caso dos homossexuais, estimativas conservadoras dão conta de que aproximadamente 80 mil foram executados (Fry & MacRae, 1983).

A publicação do livro *O Comportamento Sexual do Homem*, de Alfred Kinsey, em 1948, conhecido como “Relatório Kinsey”, foi um importante marco contra a opressão a homossexuais (Fry & MacRae, 1983). Os dados do relatório indicaram que ao menos 37% dos homens americanos brancos, alvos da pesquisa, já haviam tido relação sexual com pessoas do mesmo sexo até a obtenção do orgasmo, o que incitou o adormecido movimento homossexual a rearticular suas ações. Também contribuiu para isso um contexto de descontentamento e luta por mudanças sociais que aconteceram no mundo ocidental, tais como as manifestações operárias e estudantis em Paris, em 1968 (Fry & MacRae, 1983). Nesse momento histórico de intensas manifestações sociais, a “Rebelião de Stonewall” é considerada a propulsora de um movimento que foi chamado de Frente de Libertação Gay (FLG). Tal rebelião deve seu nome aos fatos que se passaram em Nova Iorque, em 1969, quando uma batida policial, supostamente para verificar o descumprimento de uma lei sobre venda de bebidas alcoólicas, foi realizada no bar *Stonewall Inn*, um gueto de homossexuais da cidade (Fry & MacRae, 1983). A batida policial, algo de praxe, suscitou uma reação inesperada, com uma luta que durou um final de semana inteiro. O dia do início da rebelião, 28 de julho, foi estabelecido pela FLG como o “Dia do Orgulho Gay” (Fry & MacRae, 1983). A FLG, com seu início nos Estados Unidos, se espalhou por grande parte da Europa ocidental (Fry & MacRae, 1983), além de influenciar as lutas de minorias sexuais ao redor do mundo, tendo se internacionalizado e chegado, inclusive, ao Brasil (Facchini, 2003).

No Brasil, movimentos pelos direitos dos LGBT surgiram juntamente com a organização de diversos protestos sociais compostos por pessoas que viviam de alguma forma oprimidas pelo modelo

social vigente, como mulheres, negros, homossexuais e indígenas (Bem, 2006; Corrêa, 2001). A fundação do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, no Rio de Janeiro, com temática predominantemente homossexual, e do *Somos (Grupo de Afirmação Homossexual)*, pelos editores daquele jornal, marcaram o início do Movimento LGBT no Brasil (Facchini, 2003). De acordo com seu próprio site, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) reúne 257 organizações afiliadas em todo o país, sendo a maior organização do gênero na América Latina lutando pelos direitos da população LGBT (<http://abglt.org.br>).

A Psiquiatria que, no início do século XIX, dava os primeiros passos em sua constituição como um campo científico, abordou a homossexualidade como uma degenerescência equiparada a “doenças” como alcoolismo e alienação mental (Castañeda, 2007). Assim, com o desenvolvimento dos manuais de classificação nosográfica (*Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID* e *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM*), a homossexualidade passou a ser classificada como uma doença mental. Na CID, a classificação de “homossexualismo” como transtorno passou a existir a partir da sexta revisão, de 1948, na categoria de “personalidade patológica” (Russo, s.d.). Já no DSM, desde sua primeira edição, em 1952, o “homossexualismo” foi tratado como “distúrbio da personalidade sociopática” (Laurenti, 1984).

No campo da saúde, noções patologizantes da homossexualidade culminaram em práticas ditas “curativas” para a “doença”. Procedimentos terapêuticos foram avaliados empiricamente e aplicados para alterar a orientação sexual de homossexual para heterossexual. Há procedimentos documentados, por exemplo, na Modificação do Comportamento e nas terapias baseadas na aprendizagem respondente. Wolpe (1976), por exemplo, assim descreve a indicação de um procedimento terapêutico, na seção de seu livro intitulada “Desvios sexuais”:

A terapia de aversão só é apropriada quando a homossexualidade se baseia neste último fator [condicionamento erótico positivo a membros do sexo masculino, nas palavras do autor]. Se um ou ambos os tipos de condicionamento de ansiedade estiverem presentes o tratamento lhes deve ser primeiramente dirigido. Se o tratamento

for bem sucedido, muitas vezes verificar-se-á que não há nenhuma necessidade para a terapia de aversão, porque o interesse sexual foi transferido “espontaneamente” dos homens para as mulheres.... É naqueles sujeitos em que o interesse homossexual persiste após o descondicionamento da ansiedade, que é indicada a terapia de aversão (p. 270).

Os movimentos sociais e as evidências científicas de que a orientação sexual homossexual é uma variação normal e positiva da sexualidade humana (APA, 2009) resultaram em questionamentos sobre a fundamentação das propostas classificatórias desses manuais. Em 1973, a *American Psychiatric Association* retirou o termo “homossexualismo” de seu manual de transtornos mentais. Em 1975, a *American Psychological Association* aprovou uma resolução que dava apoio a essa decisão. No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou da lista de transtornos a classificação “homossexualismo”. Em 1991, finalmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) também excluiu da lista de “doenças mentais” tal comportamento sexual. Já o Conselho Federal de Psicologia, no Brasil, apenas em 1999, por meio da resolução nº 1/1999, estabeleceu normas para a atuação dos profissionais de Psicologia quanto à orientação sexual. Dentre as normas constam:

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

Também em 2009, uma publicação da *American Psychological Association* (APA) trouxe dados a respeito de tentativas de mudança de orientação sexual na prática clínica. Trata-se de um extenso relatório que revisou mais de 80 estudos (entre 1960 e 2007) dos assim chamados *sex orientation change efforts* (SOCE) – ou, em português, Esforços Para Mudança de Orientação Sexual. Destacam-se, entre as conclusões do relatório: (1) é improvável que indivíduos possam ter seu desejo pelo mesmo sexo diminuído ou o desejo pelo sexo oposto aumentado por meio de SOCE; (2) as tentativas de SOCE nos estudos mais antigos demonstraram que alguns indivíduos sofreram malefícios quando submetidos a tais procedimentos, como: perda do desejo sexual, depressão, suicídio e ansiedade; (3) recomenda-

se a chamada “Psicoterapia Afirmativa”, que inclui aceitação, evitar a criação de estigmas voltados ao comportamento sexual do cliente e buscar o aumento de sua compreensão sobre seus sentimentos e valores, com consequente integração de sua orientação sexual aos outros aspectos de sua vida. Segundo o relatório, os procedimentos da “Psicoterapia Afirmativa” estão em acordo com práticas multiculturais e com as práticas baseadas em evidências em psicoterapia.

De acordo com a APA (2008), a orientação sexual pode ser entendida como um padrão persistente de atração emocional, romântica e/ou sexual por homens, mulheres ou ambos, podendo variar num *continuum*. Não há consenso entre os estudiosos do tema a respeito das determinações da orientação sexual, havendo a investigação de aspectos hormonais, da genética, do funcionamento cerebral, de influências ambientais e também da influência conjunta desses elementos (APA, 2008; Balthazart, 2011; Burri, Cherckas, Spector, & Rahman, 2011; Menezes, 2005).

Em uma das possíveis explicações analítico-comportamentais para a orientação sexual, Malott (1996) afirma que achados científicos sugerem que “nascemos bissexuais ou até mesmo multissexuais (i.e., suscetíveis a uma variedade muito grande de reforçadores sexuais)” (p. 130). De acordo com o autor, o foco para fontes específicas de estimulação sexual e a aversão a outras são construídos por meio da história comportamental – o que leva a supor que há aprendizagem naquilo que se costuma chamar de “heterossexualidade”, “homossexualidade” ou “bissexualidade”:

Uma visão analítico-comportamental sugere que as formas particulares de comportamento são arbitrárias; qualquer que seja o comportamento humano no qual estamos interessados, as contingências de reforço e punição determinam suas formas particulares (Malott, 1996, p.127).

Malott (1996) compara os comportamentos no campo da sexualidade com a naturalização da aprendizagem da língua materna:

É difícil para a maior parte das pessoas imaginar que nossos valores sexuais são aprendidos, porque tais valores parecem muito naturais, algo com que já nascemos. Isso acontece porque não estamos conscientes da sutil, mas constante, programação social nos forçando na direção dos papéis sexuais que adquirimos, assim como não estamos conscientes da sutil programação social nos forçando a falar como estrangeiros. Assim, dado que a grande maioria de

nós acaba com repertórios e valores heterossexuais, é ainda mais difícil para a maior parte das pessoas imaginar como uma minoria acaba com repertórios e valores gays e lésbicos, sem falar nos repertórios e valores transexuais, assim como é difícil imaginar como uma minoria de estrangeiros consegue falar espanhol sem aquele denunciante sotaque de estrangeiro. No entanto, poucos afirmariam que aqueles estrangeiros bilíngues herdaram o seu sotaque espanhol perfeito. Assim, fazendo uso da mesma lógica, uma visão de mundo comportamental sugere que nós não deveríamos afirmar que nosso estilo e valores sexuais são herdados (Malott, p.130).

Até aqui, observa-se, inicialmente, que o tratamento dispensado à homossexualidade variou entre as culturas ao longo da história. Por outro lado, constata-se a possibilidade de uma posição teórica analítico-comportamental, aqui representada pela argumentação de Malott (1996), que enfatiza a aprendizagem de valores ao longo da história individual e cultural para explicar a orientação sexual. Podemos, diante disso, perguntar: como as práticas clínicas apoiadas em princípios comportamentais trataram a homossexualidade ao longo do tempo? Teria havido transformações nas propostas de intervenção? Caso isso tenha acontecido, no que consistiram as mudanças? Uma das formas de aproximação a respostas para essas questões amplas é verificar como o tema da homossexualidade foi tratado no periódico mais importante para publicação de pesquisas aplicadas na análise do comportamento. Dessa forma, presente estudo examinou as práticas de pesquisa e tratamento relacionadas ao tema “homossexualidade”, no período de 1968 a 2010, nas publicações do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA).

MÉTODO

Foram consultados os títulos de todos os artigos publicados no JABA no período de 1968 até 2010, procurando por, pelo menos, um dos seguintes termos: *gay*, *LGB*, *LGBT*, *homosexual*, *homosexuality*, *homosexualism*, *bisexual*, *bisexuality*, *bisexualism*, *transsexual*, *transsexuality*, *transsexualism*, *transvestism*,

transvestic, *lesbianism*, *lesbian*, *sexuality*, *sexual*, *sex*, *gender*, *male* e *female*. Os artigos selecionados foram os que apresentaram como tema principal algum dos termos acima. Procedeu-se à leitura dos artigos, com o objetivo de analisá-los e categorizá-los quanto ao seu posicionamento em relação à homossexualidade: se constitui um desvio ou não – mais especificamente, se autores e autoras consideraram a homossexualidade um desvio indesejável da norma heterossexual ou se a tomaram como uma forma não problemática de comportamento sexual (e, portanto, não passível de “tratamento”). Para analisar os dados, uma tabela foi composta, identificando cada artigo com a letra A seguida de um número. Colunas foram elaboradas com o título do artigo, o nome dos autores, ano de publicação, afiliação institucional e o tratamento dado ao tema homossexualidade. Na última coluna, consta NÃO para o caso de os autores não tratarem a homossexualidade como desvio, SIM caso a tenham tratado como desvio e NI quando não foi possível identificar o posicionamento dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta os resultados da revisão. Dez artigos foram encontrados no período examinado, cinco dos quais trataram a homossexualidade como desvio. Em três deles não foi possível identificar uma posição quanto ao tema e dois artigos não trataram a homossexualidade como desvio.

No período de 1968 até 2010, foram encontrados dez artigos que, de alguma forma, relacionaram-se ao tema “homossexualidade” ou abordaram a sexualidade humana. A maior parte dos estudos foi publicada até o fim dos anos 70, conforme mostra a Figura 1. A linha vertical que corta o eixo X representa o início de uma longa interrupção de publicações sobre o tema, mantendo-se o número constante até o ano de 2004, quando um novo artigo sobre sexualidade foi publicado, seguido por um último artigo em 2006.

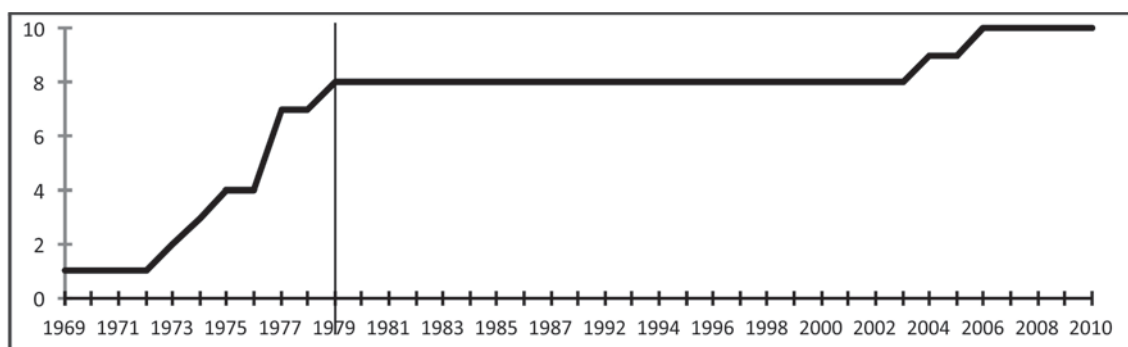
Houve mais publicações de artigos no período entre 1969 e 1979 (oito artigos). Dois artigos (A2 e A3) relatam intervenções que buscaram explicitamente alterar a orientação sexual ou papéis “sexualmente desviantes”², utilizando procedimentos aversivos. Em

² Cabe notar que, na presente revisão, artigos cujo foco não foi a homossexualidade, mas que fizeram alusão a ela, também foram examinados. Exemplo disso foi o artigo de Rekers (A3, 1974) que relatou o tratamento clínico a um menino que apresentava “comportamentos de papel sexual desviantes”, ou seja, apresentava “comportamentos femininos”. Neste artigo, Rekers, tendo como foco o repertório comportamental considerado masculino, apresentou considerações sobre o tema homossexualidade, por exemplo, ao entendê-la como uma “anormalidade” da vida sexual adulta.

Tabela 1 – Artigos Publicados no JABA entre 1968 e 2010, em Ordem Cronológica, com Autores, Ano de Publicação, Afiliação Institucional e Posicionamento quanto à Homossexualidade

	Título dos artigos	Autores	Ano de publicação	Instituição	Tratamento como desvio
A1	Instructional control of an autonomic sexual response	Laws e Rubin	1969	Southern Illinois University e Anna State Hospital	SIM
A2	Fading to increase heterosexual responsiveness in homosexuals	Barlow e Agras	1973	University of Mississippi Medical Center	SIM
A3	Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child	Rekers e Lovaas	1974	Harvard University e University of California	SIM
A4	Identifying specific erotic cues in sexual deviations by audiotaped descriptions	Abel, Blanchard, Barlow e. Mavissakalian	1975	University of Mississippi Medical Center	NI
A5	What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote?	Winkler	1977	University of New South Wales	NÃO
A6	Implications of the stereotyping and modification of sex role	Nordyke, Baer, Etzel LeBlanc	1977	University of Kansas	NÃO
A7	Atypical gender development and psychosocial adjustment	Rekers	1977	University of Florida	SIM
A8	Satiation therapy: A procedure for reducing deviant sexual arousal	Marshall	1979	Queen's University	SIM
A9	Functional analysis and treatment of inappropriate sexual behavior	Fyffe, Kahng, Fittro e Russel.	2004	Kennedy Krieger Institute e University of Maryland	NI
A10	Assessment of deviant arousal in adult male sex offender with developmental disabilities	Reyes,. Vollmer Sloman, Hall, Reed, Jansen, Carr, Jackson e Stoutimore	2006	University of Florida, The Seguin Unit e Florida Agency For Persons With Disabilities	NI

Figura 1. Frequência acumulada de artigos publicados no JABA entre 1968 e 2010, selecionados de acordo com os critérios de busca.



1977, foram publicados três artigos (A5, A6 e A7), respectivamente, duas réplicas ao A3 (publicado em 1974), que descrevia um tratamento comportamental para desvio de papel sexual em um menino de cinco anos de idade, e uma tréplica do autor de A3, respondendo às críticas.

Por tratar-se de um debate entre analistas do comportamento envolvendo o tema homossexualidade, são apresentados a seguir alguns dos argumentos de Rekers (1977) e as réplicas a eles feitas por Nordyke (1977).

Rekers (1977), no documento A3, afirma que, em seu artigo com Lovaas (Rekers, & Lovaas, 1974) os autores expuseram uma racional de quatro itens para o tratamento de desvio de gênero: “1) aliviar o desajustamento, isolamento social e sofrimento pessoal do menino, 2) prevenir desajustes psicológicos e sociais severos na vida adulta que acompanham o transexualismo; 3) prevenir transexualismo, travestismo ou a homossexualidade *per se* como os resultados diagnósticos mais prováveis na vida adulta na ausência de tratamento e 4) responder ao pedido legítimo dos pais por intervenção profissional” (p. 560).

O comentário de Nordyke, Baer, Etzel, e Leblanc (1977) sobre a última das razões listadas por Rekers e Lovaas (1974) indica a falta de consenso dos analistas comportamentais naquele período quanto ao posicionamento diante da temática da homossexualidade e quanto à decisão por atender as demandas dos pais ao invés de priorizar a perspectiva da criança sujeita ao tratamento:

A razão final para o tratamento se referia ao fato de que os pais do menino estavam preocupados. Se um terapeuta leva apenas esse ponto em consideração, então, o profissional se tornou um agente dos pais e não da criança ou da sociedade. É possível o terapeuta justificar tal papel míope? Quais seriam as consequências para o campo e para a sociedade se isso se tornasse uma prática comum? É difícil para um terapeuta estar plenamente consciente de todas as questões envolvidas quando altera comportamentos definidos não pela pessoa cujo comportamento está em questão, mas por outros agentes, como pais ou tribunais. Isso é especialmente verdadeiro quando o tratamento não é feito a pedido da pessoa a ser tratada. Em tais situações, pode ser importante e prudente para o terapeuta procurar outras pessoas que podem estar mais conscientes das várias questões envolvidas. No caso em questão, os terapeutas poderiam ter consultado homens e mulheres do movimento

feminista, porta-vozes de organizações lésbicas e homossexuais, representantes da posição da AABT acerca do tema homossexualidade, defensores dos direitos da criança e outros. Essas pessoas poderiam ter mostrado aos terapeutas outras dimensões da rotulação de papéis sexuais como um processo social. Claramente, haverá problemas com este procedimento, e, além disso, após essa consulta, as decisões dos terapeutas podem permanecer inalteradas, mas se os terapeutas esperam ganhar confiança na ética do seu tratamento, devem precaver-se contra o tratamento que de forma grosseira ameaça a diversidade na sociedade (p.554).

Houve, portanto, nas publicações do JABA, um importante debate à época na qual os artigos foram publicados. O posicionamento da comunidade de analistas do comportamento quanto ao tratamento da homossexualidade foi marcado por divergência. O tratamento oferecido por Rekers e Lovaas (1974) e defendido por Rekers (1977) firmou-se parcialmente em pressupostos, ainda que discutíveis, de bem-estar do cliente e de sua família, mas também em costumes sociais de um período histórico - por exemplo, buscar prevenir “problemas de mau ajustamento social” e minimizar o isolamento social. Ainda criticando o artigo de Rekers e Lovaas (1974), Nordyke (1977) argumenta:

Primeiro, que indicação havia de que Kraig [o menino que recebeu o tratamento] estava “sofrendo” de isolamento social? ... Quando se lida com mudança de comportamento que pode alterar a totalidade do estilo de vida de uma pessoa, terapeutas deveriam ‘definir com precisão todas as dimensões relevantes dos programas de serviços, bem como seus efeitos de curto e de longo prazo’ (Davison, & Stuart, 1975, p. 760). Portanto, deve-se abordar os problemas com extrema cautela e após análise prolongada e ponderada. Por exemplo, feministas podem ser desprezadas(os) e isoladas(os) por segmentos da sociedade e, embora não devam apreciar tal desprezo social, a maioria indicou a necessidade de programas de modificação direcionados não a si mesmas(os), mas a amplos segmentos sociais, os mesmo que criam as ocasiões para os problemas enfrentados por feministas. Da mesma forma, pacifistas podem ser desprezados, ridicularizados e isolados, mas eles não indicam um desejo de que eles deveriam ter sido tratados em uma idade precoce para evitar problemas que são colocados por segmentos da sociedade. Com referência ao segundo argumento para o tratamento, é razoável supor que os transexuais,

travestis e homossexuais que procuraram ajuda psiquiátrica estavam descontentes com o seu *status*. Não decorre necessariamente que todos esses homens têm os problemas relatados em estudos de casos psiquiátricos, uma vez que pouco se sabe sobre o estado dos homens com comportamentos semelhantes que não procuram ajuda psiquiátrica. Em outras palavras, nem toda pressão social, nem mesmo toda pressão social extensiva, precisa ser considerada para definir um desvio que, logo, precisaria de tratamento. (p.554)

Conforme indicado, a maior parte dos artigos examinados foi publicada até 1979. A inexistência de propostas para tratamento de comportamentos homossexuais após esse período possivelmente se correlaciona às conquistas do movimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, bem como à retirada da categoria “homossexualismo” do DSM pela *American Psychiatric Association*, em 1973. Esses dados estão de acordo com os da APA (2009), segundo os quais a maior parte dos estudos propondo tratamentos da homossexualidade foi publicada até 1978.

A prevalência de uma visão negativa da homossexualidade nos artigos consultados até 1979 possivelmente indica a influência do contexto cultural e político até então, no qual predominavam padrões de baixa aceitação a comportamentos fora da norma heterossexual. A cultura hegemônica de baixa aceitação para a homossexualidade parece ter influenciado, ao menos em termos numéricos, o grupo de autores que publicou no JABA a respeito do tema – os quais, em sua maioria, tomaram a homossexualidade como desvio, e por meio de suas práticas podem ter fortalecido essa concepção. Apesar disso, no mesmo ano em que foram publicados artigos considerando a homossexualidade desviante, indesejável e contra a moral (1977), também surgiram defesas de outros discursos e práticas, conectados às mudanças sociais da época, ao movimento feminista e a outras lutas contra a opressão (os artigos A5 e A6), ainda que em menor número.

Por fim, destaca-se o baixo número de artigos publicados sobre sexualidade humana no JABA. Apesar de a busca por documentos ter sido abrangente, examinando o amplo período de 42 anos e excluindo as réplicas, foram publicados apenas sete artigos tendo a sexualidade como tópico principal. Isso resulta na média de apenas um artigo a cada seis anos. Sabe-se que, nesse período, houve muitos avanços nos estudos da sexualidade humana, o que não se

refletiu na produção de analistas do comportamento, ao menos no que se refere às publicações no JABA. Esse dado pode indicar a necessidade de investigar as razões por que os analistas do comportamento ainda têm sido pouco expressivos na produção de conhecimento sobre o tema homossexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dependendo do contexto histórico e cultural, o posicionamento social em relação à homossexualidade variou desde a aceitação ou indiferença até a condenação como pecado gravíssimo ou mesmo crime. Quanto às classificações da homossexualidade como “doença”, destaca-se o fato de isso ter acontecido apenas a partir do século XIX, com o desenvolvimento das ciências, sobretudo da Psiquiatria, com sua agenda de classificação dos “transtornos mentais”. Essas classificações orientaram práticas clínicas durante décadas, e indicaram a homossexualidade como um mal ou desvio a ser curado. No entanto, pesquisas demonstrando que pessoas homossexuais não são menos saudáveis do que heterossexuais e o movimento LGBT facilitaram mudanças na visão da homossexualidade, que deixou de pertencer à categoria nosológica “homossexualismo” dos manuais classificatórios. Atualmente, as recomendações institucionais de órgãos da área da saúde psicológica, tais como a *American Psychological Association* e o Conselho Federal de Psicologia, promovem a aceitação e o respeito à diversidade sexual. Essa posição apoia-se em evidências de que tentativas de mudança de orientação sexual costumam ser malsucedidas, e podem trazer riscos ao bem estar dos que são submetidos a tais procedimentos.

A presente revisão sugere que decisões sobre o que deve ser mudado no repertório comportamental de uma pessoa ou grupo e sobre o que é considerado patológico estão estreitamente ligadas às condições históricas e políticas. Verifica-se completa ausência de artigos tratando a homossexualidade como um problema clínico a partir de 1979 no JABA. Ainda na década de 1970, surgiram críticas às propostas de intervenção realizadas por membros da comunidade que publicava no mesmo periódico, por exemplo, as críticas feitas por Nordyke et al. (1977) às tentativas de Rekers e Lovaas (1974) de alterar comportamentos considerados “femininos” que um menino apresentava.

Dados como esses alertam os analistas do comportamento para a necessidade de uma atenção

constante ao contexto histórico, cultural e político no qual desenvolvem suas práticas, e ao qual inevitavelmente respondem de variadas formas. Por sua própria natureza histórica e culturalmente determinada, decisões éticas nunca podem se pretender indiscutivelmente “corretas”. Apesar disso, é razoável recomendar aos analistas do comportamento uma permanente avaliação crítica em relação às variáveis sociais que influenciam suas decisões profissionais.

REFERÊNCIAS

- Abel, G. G., Blanchard, E. B., Barlow, D. H., & Mavissakalian, M. (1975). Identifying specific erotic cues in sexual deviations by audiotaped descriptions. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 8, 247–260.
- American Psychological Association. (2008). *Answers to your questions: For a better understanding of sexual orientation and homosexuality*. Washington, DC: APA. Retirado em 05 de novembro de 2012, de www.apa.org/topics/orientation.pdf
- American Psychological Association (2009). *Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation*. Washington, DC: APA. Retirado em 04 de dezembro de 2011, de <http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>
- Arendt, H. (1949). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Balthazart, J. (2011). Minireview: Hormones and human sexual orientation. *Endocrinology*, 152, 2937–2947. Retirado em 05 de novembro de 2012, de <http://endo.endojournals.org/content/152/8/2937.full.pdf+html>
- Barlow, D. H., & Agras, W. S. (1973). Fading to increase heterosexual responsiveness in homosexuals. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 6, 355–366.
- Bem, A. S. (2006). A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação e Sociedade*, 27, 1137–1157.
- Burri, A., Cherkas, L., Spector, T., & Rahman, Q. (2011). Genetic and environmental influences on female sexual orientation, childhood gender typicality and adult gender identity. *PLoS One*, 6(7), 1–8. doi:10.1371/journal.pone.0021982
- Castañeda, M. (2007). *A experiência homossexual*. São Paulo: A Girafa.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP n. 001/99, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual*. Brasília: CFP. Retirado em 12 abril 2012, de http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2011). *Manifesto pela despatologização das identidades trans*. São Paulo: CRP-SP. Retirado em 10 de novembro de 2012, de http://www.crp.org.br/portal/midia/fiqueoelho_ver.aspx?id=365
- Corrêa, M. (2001). Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: Um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, 13–30. Retirado em 7 de março de 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>
- Facchini, R. (2003). Movimento homossexual no Brasil: Reconstruindo um histórico. *Cadernos AEL*, 10, 79–127. Retirado em 7 de março de 2012, de http://143.106.35.204/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/73/75
- Foucault, M. (2006). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1976)
- Fry, P., & MacRae, E. (1983). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural.
- Christie, E. F., Kahng, S. W., Fittro, E., & Russell, D. (2004). Functional analysis and treatment of inappropriate sexual behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 37, 401–404.
- Laurenti, R. (1984). Editorial: Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. *Revista de Saúde Pública*, 18, 344–345. Retirado em 4 de dezembro de 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v18n5/02.pdf>
- Laws, D. R., & Rubin, H. B. (1969). Instructional control of an autonomic sexual response. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 2, 93–99.
- Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6, 127–140.
- Marshall, W. L. (1979). Satiation therapy: A procedure for reducing deviant sexual arousal. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 12, 377–389.
- Menezes, A. B. (2005). *Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém.

- Nordyke, N., Baer, D. M., Etzel, B., & Leblanc, J. M. (1977). Implications of stereotyping and modification in sex role. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10, 553-557.
- Rekers, G. A. (1977). Atypical gender development and psychosocial adjustment. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10, 559-571.
- Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. (1974). Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 7, 173-190.
- Reyes, J. R., Vollmer, T. R., Sloman, K. N., Hall, A., Reed, R., Jansen, G. Carr, S., Jackson, K., & Stoutimore, M. (2006) Assessment of deviant arousal in adult male sex offenders with developmental disabilities. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 39, 173-188.
- Russo, J. A. (sem data). *A sexualidade no DSM III*. Retirado em 4 de dezembro de 2011, de http://www.ciudadaniasexual.org/reunion/M6_Russo.pdf
- Santos, D. B. (2009). *Cultura política homoerótica entre Grécia antiga e a (pós) modernidade: Cientificismo, literatura e historiografia*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Sartrec, M. (1992). A homossexualidade na Grécia antiga. *L'Histoire/Seuil* (edição especial), 46-59.
- Tamagne, F. (2006). *A history of homosexuality in Europe*. New York: Algora.
- Torres, M. A. (2005). *Os significados da homossexualidade no discurso da Igreja Católica Romana pós Concílio Vaticano II: Padres homossexuais, tolerância e formação hegemônica católica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Veyne, P. (1992). *A homossexualidade em Roma*. *L'Histoire/Seuil* (edição especial), 60-66.
- Winkler, R. C. (1977). What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10, 549-552.
- Wolpe, J. (1976). *Prática da terapia comportamental* (W. G. Clark Jr., Trad.). São Paulo: Brasiliense.